

CICLO DE DEBATES

MARÇO, 2014



# O 25 DE ABRIL E A NACIONALIZAÇÃO DA BANCA E DOS SEGUROS



TEXTOS DE APOIO

UNIVERSIDADE POPULAR DO PORTO  
RUA DA BOAVISTA, 736 – 4050-105 PORTO

## Texto 1

### **Contexto político e cultural das nacionalizações de 1975**

O contexto internacional em que ocorreu o 25 de Abril não era hostil.

O processo de descolonização desenvolvera-se nas últimas dezenas de anos. As lutas de libertação nas colónias portuguesas prenunciavam o fim do último dos impérios coloniais. No Vietname anunciava-se a vitória das forças patrióticas. Cuba resistia. Em vários países da América Latina os povos abalavam regimes ditatoriais.

O Chile era uma exceção. A odiosa ditadura de Pinochet, imposta a ferro e fogo em 1973, haveria de subsistir durante largos anos, mas nunca deixou de merecer da maioria dos estados e povos uma severa reprovação.

No plano económico, o mundo vivia ainda os últimos dos 30 Gloriosos anos de crescimento económico e desenvolvimento social pós II Guerra Mundial, apesar da grave crise económica que afetou todo o mundo capitalista no fim de 1973 em virtude da brusca e acentuada subida do preço do petróleo.

A União Soviética e as Repúblicas Populares do centro e leste da Europa viviam um período de prosperidade, o que favorecia um processo que prometia abrir caminhos de liberdade e bem-estar para um povo até então submetido a uma prolongada ditadura.

Nas condições de 1974, o prestígio das forças do socialismo era tal que a quase totalidade das linhas programáticas dos partidos surgidos no processo revolucionário proclamavam o socialismo como objetivo para a sociedade portuguesa, ainda que com algumas especificidades, com a defesa de um efetivo controle do sector financeiro por parte do PCP e com verbalizações mais autogestionárias por parte do PS, e gestionárias por parte do PSD.

Nos últimos anos da ditadura fascista, o desenvolvimento das atividades de múltiplas coletividades e associações de carácter sindical, social e cultural tinham aberto caminhos de intervenção e apetites de liberdade e de participação incontroláveis.

Por outro lado, uma geração inteira de jovens, regressados da guerra colonial, possuídos de uma clara vontade de repúdio do colonialismo e do fascismo, e tendo

aprendido a afastar o medo, enfrentavam com uma coragem admirável as lutas a que Revolução os chamava.

As dificuldades económicas e sociais que o país atravessava, naturalmente agravadas pelas exigências do financiamento da guerra colonial, tinham exigido algum esforço de superação das políticas obscurantistas conduzidas durante dezenas de anos e a formação cultural da juventude progredira.

Muitos portugueses que tinham estado emigrados em países europeus tinham aprendido que o normal era o reconhecimento de direitos sociais dos trabalhadores.

As gerações mais jovens não queriam mais morrer na guerra nem emigrar. Queriam sim criar em Portugal uma sociedade que respondesse às suas justas necessidades e aspirações.

Na Europa, a Revolução portuguesa foi em geral, aparentemente, bem acolhida. Por parte da América, entretanto, cedo se manifestaram as desconfianças e se iniciaram as medidas de observação e de intervenção.

Após o 25 de Abril, foi constituída a Junta de Salvação Nacional, constituída por sete oficiais generais, à qual o MFA entregou a superior direção do País.

Em meados de Maio foi constituído o I Governo Provisório, presidido por Adelino da Palma Carlos, advogado conhecido como republicano e democrata, mas simultaneamente reconhecido como um homem com múltiplas ligações a grandes empresas e com vários cargos na área da Banca. Neste I Governo Provisório participaram membros dos diversos partidos, nomeadamente do PS, do PCP e do PPD, bem como independentes e um militar, que assumiu a pasta da Defesa.

A alta burguesia portuguesa não se deu nunca por vencida face ao 25 de Abril. Imediatamente após o 25 de Abril não desistiu nunca de frequentar o novo poder, tarefa que lhe era facilitada por dispor de uma elite experiente dos corredores do poder.

Pela calada, sempre desenvolveu múltiplas diligências no sentido ou de fazer recuar a Revolução através de um golpe que desintegrasse o poder revolucionário ou de fazer aprovar medidas que lhe permitissem absorver e neutralizar o poder nascente.

O seu contacto privilegiado era Spínola, o mais destacado dos chefes militares comprometidos com o 25 de Abril e que fora investido nas funções de Chefe do Estado, por escolha da Junta de Salvação Nacional.

Spínola acolheu e animou, em Julho de 74, as manobras de Palma Carlos no sentido de garantir um “governo forte” que fosse da confiança política de um Presidente da

República a eleger ou referendar antes mesmo de eleita uma Assembleia Constituinte.

Mas tais manobras foram goradas pela Comissão Coordenadora do MFA, que não aceitou as propostas apresentadas, e o MFA impôs a Spínola a nomeação de um dos seus membros, Vasco Gonçalves, para encabeçar o II Governo Provisório. Viria a dirigir sucessivos governos, até ao V, em Agosto do ano seguinte.

Spínola, que aparentemente aceitara de bom grado a indicação de Vasco Gonçalves, cedo percebeu que o novo chefe do governo não alinharia nas suas posições.

Não desistiu. Após um prolongado período de preparação, que o levou a uma empenhada digressão pelo país, visitando unidades militares e participando em comícios, apostou na Marcha da Maioria Silenciosa em 28 de Setembro de 1974.

Foi uma aposta perdida. Spínola foi afastado.

Os últimos meses de 1974 e os primeiros de 1975 foram de múltiplas e intensas confrontações sociais e políticas. No fim de Novembro de 1974 o plenário dos sindicatos convocado pela Intersindical Nacional aprovou a reclamação de que a lei consagrasse o princípio da unicidade da organização sindical, em cada área e a cada nível de organização. Essa mesma reclamação fora aprovada em meio milhar de plenários sindicais e de empresa.

Essa reclamação dos trabalhadores e das suas estruturas representativas foi alvo de uma intensa mistificação. E na base de tal mistificação, as cúpulas do PS desenvolveram uma intensa campanha. A questão foi transferida da área sindical para a dos partidos políticos e transformou-se numa questão perturbadora do processo revolucionário. Sucederam-se as declarações e as manifestações públicas de massas.

Multiplicavam-se os problemas na área social e económica. Muitas empresas enfrentavam dificuldades de vária ordem: insuficiência de investimento, dificuldades de abastecimento, perturbações no processo produtivo. Eram constantes as denúncias de atos de sabotagem económica.

Eram situações que exigiam uma constante atenção da esfera governativa.

Entretanto, vindos em especial de Angola, tinham começado a chegar milhares de famílias de colonos, o que colocou problemas de emprego, de alojamento e a necessidade de garantir meios de subsistência.

Aproveitando a situação complexa que se vivia no domínio económico e social, forças de direita e reacionárias, agindo à luz do dia e clandestinamente,

intensificavam a propaganda contrarrevolucionária e tentavam arrastar para ações desesperadas populações que enfrentavam problemas reais.

Em 11 de Março de 1975, sob o superior patrocínio político de Spínola, forças diversas, entre as quais o ELP, organização clandestina e terrorista com apoios diversos, mesmo no seio de partidos legais e da Igreja, tentaram o assalto ao RALIS.

Foi na sequência deste golpe fracassado que o MFA, considerando que estava a ser ameaçada a institucionalização da democracia, decidiu avançar para a nacionalização de sectores-chave da economia portuguesa, com destaque para a Banca e os Seguros, então já insistentemente reclamada pelos trabalhadores.

Aproximavam-se as eleições para a Assembleia Constituinte, que tinham sido marcadas para 25 de Abril de 1975. Concorreram a estas eleições catorze partidos. Na “extrema-esquerda” multiplicavam-se as formações partidárias: FEC-ML, PUP, LCI, AOC, PCP-ML, MRPP e PRT, muitas delas desenvolvendo uma atividade provocatória do MFA e uma intensa propaganda objetivamente contra a Revolução, num esforço de agitação aparentemente articulado com a atividade de forças de extrema-direita como o PDC.

Entretanto, no seio do Governo Provisório manifestavam-se dissensões, protagonizadas umas vezes pelo PS, outras pelo PPD, outras ainda por ambos.

Simultaneamente, os desentendimentos que se registavam no Governo refletiam-se no seio do MFA, que avançara para a sua institucionalização, criando assembleias de base e estruturas de direção a diversos níveis.

O jogo de forças no seio do Movimento e o calor das discussões conduziu por vezes a tomadas de posição e a decisões que contribuíram para graves fraturas entre os militares revolucionários.

Criou-se o caldo cultura que conduziu a que um grupo de oficiais tenham decidido preparar a partir de Agosto de 1975 uma tomada de posição militar tendente a “reconduzir” a situação aos “propósitos originais” do MFA.

Assim nasceu e assim aconteceu o golpe militar de 25 de Novembro de 1975, normalmente considerado como o momento de inversão do processo revolucionário pós 25 de Abril.

Texto 2**Impacto social e ação dos trabalhadores  
nas nacionalizações de 1975****O País e a Banca até ao 25 de Abril**

No final dos anos 60 até ao 25 de Abril de 74 (de certa forma até 1975), a agudização dos conflitos entre capital e trabalho marcou significativamente a evolução da situação política e económica portuguesa. Nos conflitos laborais que marcaram o «Marcelismo», (de Setembro de 1968 a Abril de 1974), até ao processo de nacionalizações e ocupações de terra que decorreu após o 25 de Abril de 1974, os trabalhadores bancários estiveram na linha da frente do movimento sindical, evidenciando uma capacidade de mobilização e organização coletiva com grande impacto social e político, com a particularidade de tal ocorrer num sector de atividade com grande poder económico e político.

Esse período ficou marcado por várias lutas, quer setoriais quer a nível de empresa, pela eleição de direções sindicais identificadas com os trabalhadores, pela resistência às investidas da polícia política nos sindicatos e nas ruas, culminando com a conquista de um contrato coletivo, em 1973, que à data, foi considerado um marco na contratação coletiva, tanto pelas regalias alcançadas, como pela sua estrutura inovadora.

Esta dinâmica, para além de ter consolidado um considerável número de ativistas experimentados, arreigou na classe bancária um espírito de luta que, integrado no movimento mais vasto da luta sindical em crescendo, mostrou que a repressão, ao invés de limitar o crescimento das lutas, antes o incentivou, o que se revelaria importante no período pós 25 de Abril.

Na última década do fascismo, a situação económico-financeira do país piorou, com o agravamento do saldo da Balança Comercial, o aumento do custo de vida e a dívida pública, que sofria também os efeitos da guerra colonial. A Previdência funcionava como instituição de crédito do Estado, à custa dos benefícios devidos aos trabalhadores;

No geral, o regime viu-se confrontado com um movimento crescente de resistência que abalou os seus alicerces.

Até ao 25 de Abril os grupos monopolistas, em Portugal, tinham toda a Banca Privada ao seu serviço e serviram-se dela como aliados do regime fascista, explorando as massas trabalhadoras a seu belo prazer.

A atividade bancária caracterizava-se no essencial por servir os próprios grupos que cada banco comandava ou em que se inseria, sempre com o objetivo supremo da “maximização” do lucro, utilizando as poupanças, incluindo as dos emigrantes e da previdência, e os favores do poder político em relação às taxas de juros e a várias ilegalidades com que manipulavam os clientes.

Outra grande fonte das receitas dos bancos era os depósitos das Caixas de Previdência com taxas superiores às legais, Nesse quadro de manipulação da própria lei, muitos recursos iam parar aos bolsos dos ministros e dos secretários de Estado, alguns dos quais transitavam, frequentemente, de lugares nos Governos, para as Administrações das grandes empresas dos bancos e vice-versa.

As contabilidades “paralelas” dos bancos (sacos azuis - juros pagos a mais a determinadas pessoas e os juros cobrados a mais ou roubados à maioria dos depositantes e lesando os pequenos acionistas) e a falsificação dos Resultados Apurados serviam para fins muito diversos, como por exemplo o de valorizarem as cotações do banco na Bolsa, etc..

Mesmo com estas condições políticas favoráveis, a situação económico-financeira refletiu-se negativamente no negócio bancário, que recorreu a artifícios, como a especulação bolsista para mascarar a situação grave por que estava a passar.

### **O 25 de Abril e as nacionalizações**

Com o 25 de Abril, desapossados do poder político que tiveram no período do fascismo, onde impunham as medidas que melhor servissem os seus interesses, os capitalistas, designadamente os banqueiros, desenvolveram todas as manobras que puderam para sabotar o processo revolucionário.

Entre essas medidas, ruinosas para o País, contam-se o congelamento das remessas dos emigrantes, a descapitalização da Banca, a transferência de fundos e valores para o estrangeiro, etc. No entanto, estas medidas dos banqueiros não conseguem impedir que após o 25 de Abril o controlo que o Governo começa a fazer da atividade bancária e mais tarde, após a nacionalização, os resultados positivos da

banca nacionalizada. Isso obriga-os a mudar de tática e objetivos (por exemplo de Abril de 74 a Março de 75 a Caixa Geral de Depósitos e o Banco de Fomento Nacional, controlados pelo governo, viram os seus depósitos aumentarem para cerca de 15 milhões de contos, ao passo que a banca privada, controlada pelos capitalistas, viu os seus depósitos diminuir 10 milhões de contos).

Face a esta realidade e à impossibilidade de prosseguirem o boicote económico e financeiro, passam com os seus aliados no poder (Spínola, Galvão de Melo, Palma Carlos, etc.) a outro tipo de sabotagem, participando e financiando os golpes contra-revolucionários como os de 28 de Setembro e 11 de Março.

Os bancários, nomeadamente os seus sindicatos, tomaram a iniciativa de contrariar essas ações de sabotagem, organizando várias formas de controlo e denúncia, que contribuíram decisivamente para criar no Conselho de Revolução e Governo de então a disposição para encetar a Nacionalização da Banca e dos Seguros, de capital nacional.

Na sequência do golpe de 11 de Março de 1975, com fortes indícios de participação dos banqueiros, foi decidido nacionalizar a banca e as companhias de seguros, em 14 e 15 de Março de 1975, respetivamente. O Conselho da Revolução abriu uma nova fase do processo revolucionário, colocando na ordem do dia as possibilidades de transição para uma sociedade socialista.

A medida, foi inquestionavelmente saudada pelos trabalhadores bancários, em especial os seus sindicatos, que vinham há muito a insistir na necessidade de retirar o controlo do sector financeiro das mãos dos banqueiros que, através da sabotagem económica, impediam o desenvolvimento do país de forma a responder aos anseios do povo português.

A banca foi encerrada ao público em 11 de Março e reabriu em 14 de Março. As Comissões sindicais mobilizaram os trabalhadores para defesa das instalações que foram ocupadas por estes 24 horas por dia até à madrugada do dia 14 de Março, quando é anunciada a nacionalização da Banca. É içada a bandeira nacional nos mastros dos edifícios e os Bancos abrem ao público e funcionam normalmente.

Ao nível político, a medida foi acolhida com aprovação dos partidos à esquerda, incluindo o PS, bem como largas franjas do PSD, quadro que, como se sabe, se foi alterando com o tempo, à medida que a recuperação capitalista se foi tornando irreversível.

A nomeação de Comissões Administrativas nos bancos nacionalizados, feita com o acordo dos Sindicatos do sector e conjugada com o trabalho de vigilância levado a cabo pelas estruturas dos trabalhadores bancários, possibilitou a análise da



documentação habitualmente sigilosa dos bancos revelando o funcionamento dos grandes grupos económicos e a forma como estes haviam lucrado através de práticas ilegais nos anos do «Marcelismo».

Na fase que se seguiu à decisão de nacionalizar a banca e à nomeação das Comissões Administrativas, os Sindicatos dos bancários e em particular as Comissões de Delegados Sindicais, assumiram um papel importante de controlo do funcionamento das Instituições de Crédito, num período particularmente melindroso, em que a estrutura de poder nos bancos ainda se mantinha. Era imperioso que não fossem tomadas decisões que comprometessem as novas orientações, até que as Comissões Administrativas tomassem em mãos a gestão das empresas e o Governo determinasse regras para o seu funcionamento regular. Foi um processo difícil, delicado, que gerou aqui e ali alguma controvérsia, naturalmente com um ou outro erro, mas que, no essencial e tendo em conta a velocidade dos acontecimentos e o ambiente que se vivia na altura, cumpriram os seus objetivos de colocar os bancos ao serviço da economia.

Naturalmente, a necessidade de uma rápida definição de objetivos e formas de intervenção conjugava-se com a prudência necessária num sector extremamente delicado, criando uma nova dinâmica no funcionamento da banca nacionalizada: ela deveria permitir que os trabalhadores sentissem que a economia já não lhes era estranha e que a sua participação ativa era a chave para que a banca cumprisse o seu papel na nova fase de desenvolvimento económico.

Os reflexos da nacionalização da banca no tecido social e económico começaram a evidenciar-se com a mudança dos critérios de intervenção da banca na economia:

- A abertura de balcões, deixou de ser apreciada apenas em função da rentabilidade e procurou ser um fator de desenvolvimento para zonas do país mais afastadas dos grandes centros.
- A concessão de crédito começou a ser usada sobretudo como instrumento para apoio a setores considerados vitais para o desenvolvimento económico equilibrado. Neste sentido, assumiram grande importância a troca de informações das estruturas de trabalhadores dos bancos e das empresas que necessitavam do apoio. Nalguns casos, criaram-se formas mais ou menos organizadas de trabalho, que permitiu - sobretudo no caso dos bancos com maior número de empresas ligadas através das suas participações (casos do Banco Borges e Irmão, Banco Espírito Santo, Banco Pinto e Sotto Mayor e Banco Português do Atlântico) - prestar informação útil para as Comissões Administrativas decidirem da melhor forma.

- Deram-se os primeiros passos para a coordenação entre os bancos, de forma a aproveitar recursos e estabelecer regras de funcionamento, não em regime de concorrência, mas tendo em conta os destinatários dos serviços: o povo português.

Os bancários puderam concretizar, com êxito, algumas das aspirações sociais da classe, das quais se salienta a criação de um serviço de saúde suportado pelos bancos.

### **A recuperação capitalista e o processo de reprivatização**

Nos meses seguintes à nacionalização, passadas as primeiras reações de apoio generalizado à medida, as forças do capital, com o apoio crescente dos partidos de direita e gradualmente também do PS, passaram a conduzir um processo de contestação e de boicote, procurando virar a população contra a banca e os seus trabalhadores, bem como contra as forças políticas de esquerda, em especial o PCP.

Das manobras e boicotes que o grande capital e os banqueiros desenvolveram contra a Revolução de Abril e as suas conquistas em curso, tiveram grande impacto as especulações, deturpações e falsidades sobre a gestão da Banca Nacionalizada, que acusaram de incompetente e de estar a arruinar o País. Esta “campanha” com grande projeção na comunicação social, com algum efeito em certos setores do MFA, nas autoridades governamentais e nas populações, tinha dois grandes objetivos:

- Procurar substituir as Comissões de Gestão da Banca Nacionalizada, nomeadas após o 11 de Março, por comissões de gente da sua confiança e afeta às forças políticas reacionárias, maioritárias no VI Governo Provisório.
- Alterar os princípios orientadores da Gestão da Banca nacionalizada – A BANCA AO SERVIÇO DO POVO E DO PAÍS – por forma a conseguirem privatizar e voltar a dominar, pelo menos, os principais bancos comerciais.

Os bancários foram, durante o chamado “verão quente”, em muitas situações, as vítimas diretas dessa manobra, especialmente os que, estando nos balcões, tinham contacto direto com o público, registando-se mesmo tentativas de saneamento de bancários, sobretudo com o argumento que pertenciam ao PCP. Os ativistas sindicais comunistas e unitários começam então a ser contestados, verificando-se alguns casos de saneamentos de Delegados e Comissões Sindicais, levados a cabo por elementos do PS e de direita.

A banca nacionalizada manteve as empresas do seu património. Mas, as forças do capital, nessas empresas, tudo foram fazendo para criar dificuldades à banca, de que é um exemplo significativo o caso da SONAE. Esta empresa era 80% propriedade do nacionalizado Banco Pinto de Magalhães, pertencendo a Afonso Pinto de Magalhães os outros 20%. Belmiro de Azevedo põe os trabalhadores em greve, a única contra as nacionalizações. Como Afonso P. Magalhães lhe deu carta-branca, com os 20% administrava a empresa como queria. Belmiro de Azevedo intitulava-se o “Chefe da CT”. Acabou dono da SONAE, início do atual gigante económico.

Gradualmente, as medidas que tinham sido tomadas para colocar a banca “*ao serviço do povo*”, bem como as inúmeras propostas avançadas pelas Comissões Administrativas no sentido de melhorar o seu funcionamento, foram sendo ignoradas pelo poder, dando-se assim início ao retrocesso de todo o processo de nacionalização. Uma das primeiras medidas tomadas pelo VI Governo Provisório seria precisamente colocar José Silva Lopes no Governo do Banco de Portugal, com João Salgueiro a desempenhar novamente as funções de Vice-Governador, no sentido de inverter parte substancial do processo de reestruturação em curso.

Os bancários e a generalidade das suas estruturas resistiram a esse retrocesso, com inúmeras iniciativas, mas a correlação de forças tinha-se desequilibrado definitivamente. Contudo, foi possível, em muitos casos, defender com êxito, os direitos e interesses dos bancários.

Com a colocação nas Comissões Administrativas de pessoas abertamente inimigas da nacionalização, todo o processo culminou, anos mais tarde, na reprivatização do setor.

Apesar disso, a entrada em vigor da Constituição da República (25/04/76) consagrou a irreversibilidade das nacionalizações.

Mas, a crescente ocupação do poder pelos homens de mão do capital, favorecida por forças que lhes eram favoráveis no seio dos trabalhadores, com processos como o da criação da UGT, com o apadrinhamento de Mário Soares (PS), de Sá Carneiro (PPD) e de Freitas do Amaral (CDS), para “partir a espinha à Intersindical”, levou à revogação desta disposição para permitir a abertura do setor bancário a privados em 1983 e os gestores que prepararam a vinda dos banqueiros passam a administradores dos bancos privatizados.

### Texto 3

## **Aspetos económicos do setor financeiro antes e depois da nacionalização de 1975**

### **No regime de Salazar e Caetano**

A economia nacional antes do 25 de Abril era dominada por grandes empresas monopolistas que, com alargado poder político, industrial e financeiro, detinham os sectores estratégicos, nos quais se incluíam os transportes, a energia, matérias-primas fundamentais, indústrias de base e o setor financeiro (banca e seguros). A estreita ligação entre estes grupos e o sistema bancário e segurador permitia-lhes obter avultados lucros, captando as poupanças e remessas de emigrantes e utilizando-as em operações especulativas e de crédito de curto prazo.

Os poderes económico e político estavam interligados e foram tomados por via desses grupos económicos por um punhado de famílias. Nuns casos (Grupos Espírito Santo, Atlântico, Borges...), os grupos diversificavam-se a partir dos bancos. Noutros casos (Grupos CUF e Champalimaud...), os bancos são criados para servir e consolidar os grupos.

O objetivo fundamental de cada banco não era o desenvolvimento da economia do país mas sim, em primeiro lugar, o desenvolvimento do grupo a que pertencia e o aumento dos respetivos lucros. Os recursos que o estado e o povo punham à sua disposição eram desviados no essencial para os próprios interesses dos grupos e, também, para os interesses de monopólios internacionais a que se ligavam e por onde exportavam lucros. O apoio às atividades económicas nacionais exteriores ao grupo surgia apenas como objetivo secundário dependente da busca mais importante da maximização do lucro.

O sistema bancário era composto pela Caixa Geral de Depósitos – instituição pública, que captava os depósitos obrigatórios do setor público, depósitos das Caixas Económicas e pequenas poupanças, reaplicadas depois na atividade económica -, pelos Bancos Emissores – Banco de Portugal, de capital maioritariamente privado, Banco de Angola, e Banco Nacional Ultramarino -, pelos Bancos de Investimento – Banco de Fomento Nacional, com obrigações de crédito a médio e longo prazo, Crédito Predial Português e Sociedade Financeira Portuguesa -, Caixas Económicas, Caixas de Crédito Agrícola Mútuo e, claro, pela banca privada, que dominava largamente as operações bancárias em Portugal.

Os 15 grupos bancários privados existentes em 1973, para atingir os objetivos de obtenção de elevados lucros e benefícios políticos para o capital monopolista que serviam, mobilizavam recursos provenientes das poupanças dos cidadãos residentes, das remessas dos emigrantes defraudadamente remuneradas, dos excedentes de tesouraria das empresas e serviços públicos, incluindo os depósitos das caixas de previdência, da acumulação de capital das empresas e de operações especulativas. Estes recursos eram depois alocados segundo critérios de rentabilidade, garantias de retorno do capital inicial, liquidez e, só por fim, de acordo com a finalidade do crédito. Assim, grande parte do crédito era dirigido aos grandes monopólios nacionais ou estrangeiros, reais ou fictícios, e eram realizados grandes investimentos especulativos – tendo a Bolsa de Valores de Lisboa conhecido um grande dinamismo na passagem para a década de 70 -, mesmo sacrificando o capital emprestado.

Para obter uma maior captação de recursos alheios e para aumentar a sua rentabilidade, a banca privada recorria a diversas formas de manipulação dos juros a pagar aos depositantes, à cobrança de comissões indevidas e de juros mais elevados, bem como uma série de outras irregularidades.

A cobertura geográfica dos bancos, que nunca foi resultado de alguma estratégia de desenvolvimento regional, era definida segundo os objetivos de angariação e aplicação de recursos. Os serviços móveis e de prospeção enquadravam-se nessa estratégia capitalista de recolha de recursos nuns locais para os desviar para outros de acordo com os interesses definidos pelos banqueiros. Exemplo semelhante era o dos serviços criados no estrangeiro em cidades com maior concentração de emigrantes, de que os bancos se serviam para aumentar os depósitos e as divisas.

O recurso ao redesconto do banco emissor constituía uma outra forma de os bancos aumentarem a sua capacidade de intervenção.

As elevadas taxas de juro pagas pelos bancos aos depositantes, numa concorrência desenfreada entre eles, e o elevado volume de crédito concedido criou uma “base artificial de emissão monetária por via do crédito” (Castro, Armando *et. al.*, in *A inflação e os trabalhadores*, 1973, Lisboa, Seara Nova), provocando pressões inflacionistas. No fundo, o que se assistiu nos últimos anos do fascismo foi a um crescimento dos meios de pagamento a um ritmo que não encontrava correspondência com a economia real, conduzindo ao aumento dos preços.

Para melhor assegurarem essas ações manipuladoras e fraudulentas, os grupos económicos asseguravam as mudanças de cadeiras de ministros e secretários de estado para as cadeiras das administrações dos bancos e das suas empresas.

Nos últimos anos do fascismo, com forte influência da guerra colonial, a situação económico-financeira do país agravou-se: o saldo da Balança Comercial aumentou de 6361 milhares de contos, em 1965, para 22258 milhares de contos, em 1973; os preços dos bens de consumo aumentaram 2,5 vezes de Abril de 1963 a Abril de 1974 (inflação média anual de 22%); a dívida pública passou de 15887,8 milhares de contos, em 1959, para 54258 milhares de contos, em 1973.

Na era marcelista, nesse quadro, os banqueiros aproveitaram-se ao máximo dos elevados índices de inflação, que agudizaram com a especulação financeira, muito em particular nos negócios de ações e de imobiliário. Nessas manobras especulativas sempre visando a maximização dos lucros, os bancos recorriam a práticas de compadrio e às mais diversas irregularidades nos cálculos de juros e das comissões, para além dos próprios limites de segurança impostos por lei. Como resultado de tudo isso, o 25 de Abril encontrou a banca com falta de liquidez.

Os esquemas elaborados pela banca privada de forma a proporcionar maiores lucros quer ao próprio banco quer às empresas que lhe estavam estreitamente associadas – “elevados montantes aplicados nas empresas dos grupos em que estavam integrados, através da concessão de crédito em condições desfavoráveis para os bancos (...), descobertos em depósitos à ordem ou limites excedidos em contas correntes; empréstimos de montantes permitidos por lei; liquidação de operações ilegais concedidas a administradores ou empresas do grupo; estornos contabilísticos irregulares, praticados para esconder lucros ou fugir ao pagamento de impostos; liquidação de “sacos azuis” (...), etc.” (Gomes, Carlos, 2011) – diminuíram significativamente a sua liquidez e solvabilidade, estando alguns bancos próximos da falência aquando da sua nacionalização, em Março de 1975.

### **Entre o 25 de Abril e a nacionalização**

Com o 25 de Abril, a banca, além de instrumento de exploração do povo, passou a ser também o principal instrumento de sabotagem da economia.

Numa primeira fase, os banqueiros procuraram controlar a situação quer através da introdução de homens de confiança no novo poder (Spínola, Palma Carlos, etc.) quer com medidas dilatórias de adaptação às leis e de correção de algumas das operações anómalas e irregulares que antes praticavam.

Alguns banqueiros que nunca tiveram essa preocupação cedo procuraram sabotar o desejado desempenho dos bancos ao serviço da economia na democracia nascente, nomeadamente através da prática de uma política de distribuição de crédito negativa e da retenção no estrangeiro das transferências de dinheiro que os

emigrantes lhes confiavam. Todos os bancos comerciais vieram a assumir práticas semelhantes.

A par desta sabotagem, foi desencadeada uma forte campanha ideológica que, a pretexto do espetro do desemprego e da crise das pequenas e médias empresas, levou o próprio Governo Provisório, através do seu Ministro da Economia Vieira de Almeida, outro homem de confiança dos banqueiros no poder, a escancarar os cofres do Banco de Portugal aos bancos privados comerciais para um suposto e anunciado apoio às pequenas e médias empresas.

Tal medida originou que as responsabilidades dos bancos comerciais perante o Banco de Portugal que, a 25 de Abril de 1974 eram de cerca de 9 milhões de contos, ultrapassassem na data da nacionalização, em 14 de Março de 1975, 50 milhões de contos.

Segundo cálculos da época, se esses 41 milhões de contos a mais tivessem sido investidos na criação de emprego, poderiam ter sido criados mais de 164.000 postos de trabalho. Porém, o que se verificou foi um aumento galopante do desemprego e a colocação do grosso desses capitais em empresas e pessoas empenhadas na sabotagem económica.

Muitos desses atos de sabotagem foram concretizados na gestão fraudulenta das empresas que, com desvio dos capitais, promoviam a instabilidade e fraqueza do sistema produtivo, nomeadamente através da falta de mercadorias e da diminuição dos turnos e da produção.

Ao incentivar a crise económica, os grupos económicos incentivavam e apoiavam os partidos de direita para arquitetar um golpe que lhes restituísse o poder político. Como se comprovará mais tarde, os grupos económicos das famílias que dominaram a economia nos anos negros do fascismo tiveram de ser socorridos e salvos da crise em que se encontravam pelos bancos nacionalizados.

### **A nacionalização do setor financeiro**

A nacionalização da banca e dos seguros não só privou os grandes grupos e famílias de largas centenas de milhares de lucros anuais como lhes retirou o controlo de um património superior a 200 milhões de contos que utilizava a seu bel-prazer e contra o regime democrático nascido com o 25 de Abril.

Um sistema financeiro orientado para as necessidades de desenvolvimento do país e comprometido com os interesses dos trabalhadores mostrava-se como fundamental para ultrapassar a crise nacional - resultante da crise mundial, do

tremendo boicote que o capital monopolista e as forças contrarrevolucionárias procuraram impor e das medidas herdadas do regime fascista - bem como para cumprir as principais orientações políticas, económicas e sociais definidas pelo Governo Provisório no DL 203/74 de 15 de Maio. Nessas orientações constavam, entre outras, a intervenção do Estado nos sectores estratégicos, a reforma do sistema de crédito e da estrutura bancária, a nacionalização dos bancos emissores, a dinamização da agricultura, o apoio às PME.

Com a sua nacionalização, o Banco de Portugal assumiu um papel central no controlo da liquidez, solvabilidade e exportação de capitais da banca comercial, além de deter a emissão monetária em exclusividade e assumir grandes responsabilidades no controlo monetário e de crédito (após Setembro de 1974, aquando da publicação da nova Lei Orgânica do Banco de Portugal). A partir de Outubro de 74, face à necessidade de assegurar que os bancos seguiam as orientações definidas pelo Governo Provisório, foram designados delegados do Banco de Portugal para cada uma das instituições bancárias, com a missão de reporte central.

Após o golpe contrarrevolucionário falhado de 11 de Março, e perante a urgência em consolidar a Revolução de Abril nas estruturas económicas e sociais, é tomada a decisão de nacionalizar todas as instituições de crédito privadas (à exceção das estrangeiras, das caixas económicas e das caixas de crédito agrícola). Os objetivos a alcançar com a nacionalização passavam pelo “controlo efetivo do poder económico, a estabilização financeira, a salvaguarda dos interesses dos depositantes, a criação de emprego, a atenuação dos efeitos da crise refletidos no comércio externo” (Gomes, Carlos, 2011), passando os recursos financeiros a estarem disponíveis às pequenas e médias empresas produtivas. No decurso da nacionalização, os órgãos sociais das instituições bancárias foram substituídas por Comissões Administrativas, com mandatos provisórios, que prestavam contas ao Ministério das Finanças e mantinham estreitas ligações ao Banco de Portugal.

A nacionalização da banca privada permitiu que começasse a haver coordenação das instituições de crédito com vista a uma reestruturação do sistema bancário, tendo sido criada uma Comissão de Reestruturação do Sistema Bancário. A reestruturação visava (1) “transformar o sistema bancário no elemento motor do processo de substituição das estruturas capitalistas, com vista à construção da via portuguesa para o socialismo, (2) conferir ao Banco Central os meios que lhe permitissem desempenhar uma adequada ação dinamizadora e controladora de todo o sistema bancário e (...), da política monetária, cambial e financeira, (3) possibilitar uma conveniente avaliação dos recursos financeiros disponíveis e a



maior eficácia na distribuição e avaliação dos mesmos (...) e (4) articular a atividade bancária com o planeamento económico” (Gomes, Carlos, 2011).

A reestruturação visava ainda a especialização das instituições de crédito – ficando cada uma ligada, a título de exemplo, ao investimento, a sectores ligado ao comércio externo, à habitação ou à agricultura - e o alargamento da rede bancária a todo o país, com a devida racionalização da mesma. A especialização bancária, apesar de poder contribuir para a racionalização dos custos, permitir a especialização dos trabalhadores bancários e trazer benefícios para cada um dos setores da economia nacional, não chegou a avançar, tendo os planos caído por terra após a queda do V Governo Provisório.

A política de crédito da banca nacionalizada passou a privilegiar critérios de segurança do capital emprestado em detrimento das operações especulativas. O objeto do crédito – se servia o investimento produtivo ou não – foi também privilegiado, beneficiando-se os setores produtivos, as PME e os setores que não podiam prescindir do crédito, com vista ao aumento da produção, à criação de emprego, ao funcionamento regular das empresas e ao aumento das exportações. As orientações na política de crédito passaram assim a responder às orientações de política económica do Governo, garantindo o apoio financeiro aos setores fundamentais da economia, na sua maioria já nacionalizados no final de 1975.

Já a política monetária baseava-se nas seguintes orientações (Gomes, Carlos, 2011):

*“(1) Incentivo ao aumento e à captação de poupança formada internamente;*

*(2) Controlo da emissão monetária para complementar a insuficiência da poupança interna e ocorrer à diminuição da liquidez da economia resultante do gradual dispêndio das reservas cambiais;*

*(3) Política seletiva de crédito, para garantir maior racionalidade na aplicação dos recursos monetários e financeiros criados, com vista: ao aumento da produção, ao fomento das exportações, ao apoio ao investimento”*

De forma a controlar os impactos do aumento da inflação, o Banco de Portugal procurou manter a taxa de câmbio relativamente estável no período 1974-75, e manter as taxas de juro nominais baixas para os setores supramencionados. O cumprimento destas orientações foi, no entanto, condicionado pelo boicote económico interno e externo – com reflexos no comércio externo - e ao aumento da população ativa decorrente da descolonização (sendo necessário integrar os funcionários bancários vindos das ex-colónias)

## Medidas tomadas com as nacionalizações e seu impacto na economia

As nacionalizações em Portugal tiveram características distintas das efetuadas em alguns países europeus ocidentais. Ao contrário do que se verificou nesses países, aqui as nacionalizações visaram a eliminação efetiva dos monopólios e criaram condições para se controlar os circuitos financeiros e, conseqüentemente, comandar grande parte do investimento.

A concentração de capitais num número restrito de grupos monopolistas – participantes de numerosas empresas como detentores de cotas ou ações, através dos bancos, companhias de seguros ou sociedades gestoras de carteiras de títulos – deu lugar ao controlo, por parte do Estado, de grandes quantidades de empresas dos mais diversos ramos. Os inimigos e detratores das nacionalizações viriam até a acusar as nacionalizações de terem expropriado pequenas lojas de comércio que, indiretamente e não intencionalmente, passaram para as mãos do Estado por pertencerem aos grandes grupos nacionalizados. Ressalve-se, no entanto, que algumas dessas pequenas empresas eram utilizadas pelos bancos para grandes e obscuros negócios. Por exemplo, o quiosque-papelaria chamado Borges & Irmão Comercial, além de vender tabaco e selos na Rua Sá da Bandeira, no Porto, era utilizado pelo Banco Borges & Irmão em grandes negócios de venda e compra de ações e noutras atividades especulativas...

Sendo o sistema bancário um dos principais veículos de sabotagem económica, a sua nacionalização permitiu reforçar o controlo e a vigilância sobre potenciais atos de sabotagem. Entre as medidas de prevenção salienta-se a generalização (e obrigatoriedade) do cheque como meio de pagamento, a introdução de pesadas penalidades para fraudes cometidas, a fixação de montantes máximos de saldos de caixa nas empresas com depósito obrigatório do excedente, controlo da aplicação de financiamento nas empresas que dele beneficiassem, fiscalização das faturas transnacionais, centralização de informação relativa a operações irregulares, entre outras. Estas medidas permitiram reduzir a fuga de capitais e a fraude, ainda que estivessem limitadas pela permanência de bancos estrangeiros não nacionalizados.

As alterações à política de crédito, anteriormente descritas, visaram não só garantir a canalização do crédito e dos investimentos para sectores que contribuíam para o crescimento económico do país e para o emprego de acordo com o plano de desenvolvimento delineado, como visaram controlar o crédito cedido a cada empresa de forma a diminuir o sobre-endividamento que a maioria detinha. Nesse sentido foi criada uma Central de Riscos, no Banco de Portugal, que tinha como objetivo centralizar informações vindas dos bancos e impedir, por exemplo, que uma empresa pedisse crédito a diferentes bancos sem que o pudesse restituir.

As múltiplas campanhas de sensibilização junto das comunidades emigrantes – contactos diretos individuais ou coletivos por parte dos bancários, de forma a restituir o clima de confiança e credibilidade - foram fundamentais para que não houvesse uma quebra significativa das remessas, o que por sua vez contribuiu para que no período de 74/75 tivesse havido um aumento dos depósitos totais.

No seu conjunto, as medidas tomadas permitiram aumentar a liquidez do sistema bancário, garantindo uma maior estabilidade financeira.

Aos novos responsáveis pela coordenação e pela gestão da banca, nomeadamente as comissões administrativas nomeadas pelo governo por indicação, em muitos casos, das estruturas representativas dos trabalhadores, cedo procuraram estabelecer uma efetiva coordenação da atividade bancária, de forma a evitar-se a concorrência entre si e a prática de ações, por vezes ilegais, lesivas para os interesses do país. Foram criadas comissões interbancárias. Foi estabelecida uma regra para a realização de reuniões periódicas das comissões administrativas com o Banco de Portugal, com a presença do Secretário de Estado do Tesouro. Iniciaram-se reuniões para o fomento de sinergias nas áreas da informática, da organização, da publicidade, entre outras.

A nível regional, desenvolveram-se também várias ações de coordenação, salientando-se as reuniões com carácter informativo e consultivo das comissões administrativas do Norte, a criação de secretariados regionais nos Açores e na Madeira com o fim da cooperação e racionalização no âmbito do Banco de Portugal e foram concluídos estudos tendo em vista uma melhor cobertura da banca por todo o país que vieram a dar origem à abertura de muitos balcões.

Nos Seguros foi criada a CCRIS - Comissão de Coordenação e Reestruturação da Indústria Seguradora - para a coordenação da atividade seguradora e para a reestruturação do sector.

Muito com base nos trabalhos dessa comissão, verificaram-se resultados imediatos da nacionalização dos seguros, tanto a nível da moralização de uma concorrência desregrada geradora de défices nos resultados, como na formação e participação de profissionais no sentido da melhoria da prestação dos serviços, na revigoração do seguro, na luta contra os riscos aleatórios, bem como no âmbito do Centro de Prevenção e Segurança.

Mais tarde, num projeto de reestruturação elaborado pelo Instituto Nacional de Seguros, ainda que com alguns aspetos negativos, foram definidos projetos só possíveis com as nacionalizações no planeamento global dos recursos disponíveis,

incluindo o aproveitamento centralizado dos recursos médico-hospitalares e a uniformização das tarifas.

### **Ações contrarrevolucionárias contra as empresas nacionalizadas e para a sua reentrega ao setor privado**

A profunda ligação entre o capital financeiro e o industrial, que durante muitos anos levou à concessão excessiva de crédito a grandes empresas, acabou por determinar o apoio dos bancos nacionalizados a essas empresas nem sempre nas melhores condições e, em numerosas empresas e grupos de empresas, obrigou mesmo à intervenção estatal. Alguns desses apoios destinaram-se mesmo a salvar empresas pertencentes a famílias do poder anterior ao 25 de Abril que, por essa via, começaram a recuperar a sua força...

Sem se ter concretizado uma verdadeira reestruturação do sector financeiro (especialização, planeamento, coordenação) e sendo a eliminação das empresas nacionalizadas um meio essencial para o grande capital poder dominar os centros financeiros e os sectores básicos da economia, a luta contra as nacionalizações iniciou-se logo no momento em que elas foram decretadas.

Após o 25 de Novembro de 1975, a política económica do Governo centrou-se no retrocesso das medidas revolucionárias e de desenvolvimento democrático das forças produtivas aplicadas no ano e meio anterior. Esse retrocesso envolvia diretamente a banca e o sector segurador nacionalizados, destruindo o processo de transformação dos sistemas bancários e dos seguros verificado até então e impedindo a continuação dos planos e projetos de reestruturação.

O boicote contrarrevolucionário, com a recuperação progressiva do capital, tornou as seguintes proporções (Gomes, Carlos, 2001): a venda de mercadorias sem pagamento dos salários dos trabalhadores, o desvio de descontos para as instituições de Previdência, a utilização indevida dos subsídios do Estado. Esta recuperação capitalista, que permitiu a acumulação de grandes fortunas, teve o alto patrocínio do Governo, nomeadamente no que toca à regulamentação legislativa favorável aos interesses do capital.

A revisão das orientações do Banco Central, a permissão para a criação de entidades financeiras intermediárias - abrindo espaço para a privatização da banca, a nomeação de membros para o Conselho de Gestão dos bancos nacionalizados da confiança dos anteriores banqueiros e o desmantelamento do órgão de coordenação bancária foram alguns dos primeiros passos para a restituição de uma banca ao serviço dos interesses do grande capital privado. Simultaneamente,

reintroduzia-se novamente a lógica concorrencial nos bancos nacionalizados, incorrendo em gastos dispensáveis e supérfluos no sentido de captar mais clientes, recuando determinantemente nos objetivos de maior coordenação bancária e especialização das instituições.

O aumento dos depósitos à ordem e a prazo, devido exclusivamente ao aumento constante da taxa de juro nominal (ao invés da entrada de excedentes de tesouraria ou captação de poupanças) e as elevadas restrições ao crédito, a par da revisão sucessiva e em crescendo da taxa mínima de reservas legais, criou excessos de liquidez na banca. Estes excessos de liquidez foram canalizados pelos bancos para sociedades de investimento que orientavam o crédito para os sectores mais lucrativos da atividade económica, bem como para o estrangeiro, através da abertura de sucursais, retenção de fundos nas suas filiais e crescente envolvimento na finança internacional, muitas vezes em operações especulativas.

Na política de crédito foi restituída a lógica de maximização do lucro de cada instituição de crédito, voltando a privilegiar as grandes empresas e monopólios capitalistas e a permitir a fraude e a corrupção em detrimento dos setores produtivos, das PME e dos setores nacionalizados e cooperativos. O reavivar de uma política de crédito contrária aos interesses do país conduziu à diminuição da produção nacional e, conseqüentemente, ao aumento das importações, afastando o sistema bancário das necessidades de desenvolvimento do mercado interno.

Os recuos no sistema bancário foram também observados nos restantes setores nacionalizados, já com vista à sua privatização. Salienta-se, nomeadamente, a política virada para a livre concorrência, a assunção de diretivas económicas exteriores ao País, métodos de planificação económica alinhados com a teoria económica mais liberal e um afastamento cada vez mais pronunciado dos objetivos anteriormente estabelecidos para o setor público. A crescente empresarialização dos setores nacionalizados abriram portas para a sua privatização.

Nos diferentes métodos seguidos para atingir esses fins, começaram por se destacar, no plano legislativo, a publicação, por governos do PS, do PSD e do CDS, a lei da delimitação dos setores público e privado e a lei das indemnizações.

Com a lei das indemnizações resultou a entrega de títulos obrigacionistas, com juros pagos pelas próprias empresas nacionalizadas, a cedência de empresas indiretamente nacionalizadas, a compensação de dívidas com os títulos da indemnização, a sobrevalorização das ações a indemnizar...

Com a lei da limitação dos setores foram criados autênticos bancos privados com designações de sociedades de investimento e outras e foram entregues ao capital

privado a gestão e a exploração de empresas nacionalizadas. A algumas daquelas sociedades foram encomendados estudos e avaliações de bancos que depois foram privatizados e “vendidos” a essas sociedades a preço de saldo (exemplo; a “oferta” em saldo do Banco Fonsecas & Burnay à Sociedade Portuguesa de Investimento – BPI, que o tinha avaliado por baixo...). A Champalimaud foram oferecidas contrapartidas de 10.000.000 de contos para se habilitar às privatizações (com tais favores começou por adquirir a Mundial Confiança...). A Jardim Gonçalves o então 1º Ministro Mário Soares fez questão de ir convidar a Madrid para iniciar o seu império BCP com apoios descarados do governo.

O caminho para a entrega de toda a banca comercial ao grande capital internacional e à especulação financeira estava traçado.

## Texto 4

### **O Sector de Seguros antes e depois das nacionalizações**

#### **1. Antes da nacionalização**

A expansão da economia capitalista no nosso País conduziu, como se sabe, à fusão do capital industrial com o capital bancário e à conseqüente formação de grandes grupos monopolistas.

A atividade seguradora não fugiu à esfera de influência do capital financeiro e ao seu domínio. Como exemplo, destaca-se as seguradoras pertencentes a alguns grandes grupos económicos então existentes:

- **Império, Sagres e Universal (Grupo CUF)**
- **Tranquilidade (Grupo Espírito Santo)**
- **Mundial, Confiança e Continental (Grupo Champalimaud)**
- **Aliança Madeirense, Soberana e Mutualidade (Grupo Pinto de Magalhães)**
- **Bonança e Comércio e Indústria (Grupo Jorge de Brito)**
- **A Seguradora Industrial e Previsão (Banco FONSECAS & Burnay)**
- **Fidelidade (Banco Nacional Ultramarino)**
- **Ourique (Banco Português do Atlântico)**
- **Atlas (Grupo Borges)**

A tendência era prosseguir em ritmo acelerado a concentração e, através de fusões e absorções, desenhava-se já a concorrência entre os vários grupos para chegarem em primeiro lugar ao total controlo da economia do setor.

Prova-o o facto de em 1973, apenas cinco Companhias (Império, Tranquilidade, Mundial, Confiança e Comércio e Indústria) num total de sessenta, deterem cerca de 45% do mercado global e 50% do mercado abrangido por empresas nacionais.

O capital arrecadado pelas Companhias de Seguros era, sobretudo, canalizado para negócios especulativos, como os jogos da Bolsa, a compra e a venda de imóveis, os empréstimos, etc., que faziam enriquecer os grandes acionistas parasitários, jamais sendo aplicado em investimentos produtivos para beneficiar os trabalhadores, os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais.

A indústria seguradora, a par da indústria bancária, e, em certas operações financeiras, sobrepondo-se a esta, foi, até à nacionalização, em Março de 1975, um vasto campo de especulação económica, desempenhando um importante papel na estratégia de acumulação do grande capital monopolista.

Com a liquidação do regime fascista, em 25 de Abril de 1974, impunha-se a liquidação dos monopólios, impedindo que estes se consolidassem e sobrevivessem à custa da feroz repressão e exploração das classes trabalhadoras. O contrário, nas condições objetivas existentes em Portugal, implicaria a manutenção do aparelho de estado fascista.

Foi tendo em conta esta realidade que o Relatório Sindical de Janeiro de 1975, face ao Plano Económico de Emergência, denunciou a situação caótica existente na indústria de Seguros apontando medidas concretas a tomar e reclamando a *“intervenção imediata do Estado na Indústria Seguradora e a atribuição aos trabalhadores de verdadeiros direitos de fiscalização e controlo”*. Em 1975, os trabalhadores de seguros do Sul e do Norte reivindicam a nacionalização das Companhias de Seguros.

## 2. A nacionalização das Seguradoras Nacionais

Em consequência, o Conselho da Revolução decidiu, em 13 e 15 de Março de 1975, proceder à **“Nacionalização da Banca e das Seguradoras Nacionais”**

Os motivos desta decisão, em relação aos Seguros, estão expressos no preâmbulo do Decreto-Lei nº 135/A/75:

- **“o elevado volume de poupança privada retido pelas sociedades de seguros que vinha sendo aplicado não em benefício das classes trabalhadoras, mas com fins especulativos e em manifesto proveito dos grandes grupos económicos”**
- **“a capacidade demonstrada pelos trabalhadores de Seguros na apreciação e denúncia de situações irregulares no domínio da gestão”**
- **“a necessidade de salvaguardar os interesses legítimos dos segurados”**

Esta decisão foi acompanhada com a constituição de cinco grupos, integrando as empresas nacionalizadas, com vista a uma melhor rentabilização de recursos e criação de condições para a imprescindível reestruturação da atividade seguradora.

A constituição de órgãos administrativos para assegurar o funcionamento normal das seguradoras foi feita imediatamente, após a nacionalização, e coube aos Sindicatos, no prazo de um ou dois dias, depois de ouvidos os Delegados Sindicais, indicar ao



Governo os nomes dos trabalhadores de seguros que fariam parte das Comissões Administrativas Provisórias que iriam gerir cada Grupo. Aqueles foram designados em Plenários dos Trabalhadores, em cada Empresa, por voto secreto.

Foi desta forma que, pela primeira vez, trabalhadores que não detinham qualquer poder sobre os meios de produção, ascenderam, por indicação dos seus companheiros de trabalho, a postos de decisão a nível de gestão.

Em 7 de Abril de 1975 é constituída a **CCRIS – Comissão de Coordenação e Reestruturação da Indústria Seguradora** -, por despacho do Secretário de Estado do Tesouro.

Em 21 de Junho de 1975, pelo DL 306/75, o Grémio dos Seguradores foi extinto, criando-se, em sua substituição, o Secretariado Geral de Seguros, com vista ao apoio técnico das Seguradoras.

A CCRIS, formada por técnicos de seguros de reconhecida capacidade, tinha como principal tarefa coordenar a actividade seguradora e iniciar a reestruturação desta, de forma a desmantelar a sua estrutura capitalista e a coloca-la ao serviço de uma economia que correspondesse aos interesses globais do povo português.

A CCRIS levou a efeito Plenários de Comissões Administrativa, alargados às Comissões de delegados sindicais de empresa e às Direções Sindicais, onde eram tratados os problemas fundamentais da Indústria, criando, paralelamente, no seu âmbito, Grupos de Trabalho, com vista à modificação das bases técnicas dos vários ramos de seguros e da própria organização das Seguradoras, sempre na perspectiva de se impedir a recuperação capitalista do setor. Estes Grupos de Trabalho, apesar da sua curta existência, produziram estudos de interesse indiscutível.

Um dos primeiros actos da CCRIS foi a exigência dos balanços consolidados das várias Seguradoras para se assegurar da sua verdadeira situação económica e financeira, balanços que seriam a pedra angular da avaliação patrimonial das seguradoras nacionalizadas e, conseqüentemente, do valor a pagar por acção em todos os casos em que esse valor fosse positivo. De notar que a única Seguradora que não apresentou esse Balanço foi a Império, não o tendo feito até ao fim do mandato da CCRIS, argumentando pela dificuldade de obtenção de dados...

### ***3. O início da recuperação capitalista, em Seguros***

Todo este processo foi fortemente condicionado pela evolução da situação político-militar. As forças interessadas em recuperar a economia portuguesa para o quadro de uma democracia burguesa, com o apoio dos sectores mais conservadores e

reaccionários, desencadearam uma ofensiva com vista a desacreditar e a recuperar as grandes conquistas da Revolução, nas quais se contavam as nacionalizações. Os altos preferidos, em Seguros, foram as Direcções Sindicais e a CCRIS. Tratava-se de cavar a divisão entre os trabalhadores, para serem atingidos fins políticos bem determinados. Tudo servia para desmobilizar os trabalhadores da luta pela consolidação das nacionalizações. Num momento em que se desferia um golpe de morte no capital monopolista, retirando-lhe os principais meios de ação e se exigia a transformação radical da economia, algumas forças políticas confundiam os trabalhadores, olvidando, deliberadamente, as características revolucionárias do processo português.

A vida sindical partidizou-se fortemente, neste período, por interferências estranhas à atividade.

É nessa altura, em que é latente a crise político-militar, que o IV Governo Provisório submete à discussão dos trabalhadores de Seguros o projeto de Decreto-Lei sobre os Conselhos de Gestão das Seguradoras. Os trabalhadores de seguros, honestamente interessados em salvaguardar a nacionalização da indústria, participaram na discussão, procurando melhorar o seu conteúdo.

Foi aqui que trabalhadores afetos ao PS decidiram interferir, protelando a discussão do documento e, após levarem a efeito o “Encontro de Trabalhadores Socialistas de Seguros” apresentando em alternativa um projecto de Decreto-Lei cujas principais linhas de força apontavam para princípios autogestionários, designando as Companhias de Seguros, por “unidades autónomas”. Introduzido nas estruturas sindicais, aquele documento esteve na base da divisão da classe, com grandes e acesas polémicas entre os trabalhadores e grande prejuízo para o desenvolvimento do processo de reestruturação do setor, evitando, desse modo, o desmantelamento das estruturas capitalistas que ainda regiam a indústria seguradora.

Em Novembro de 1975, a CCRIS é extinta, formalmente, mantendo-se, no entanto, em funções até à tomada de posse dos Conselhos de Gestão, em Junho de 1976, outro tanto acontecendo com as Comissões Administrativas.

O Ministério das Finanças de então tudo fez para evitar que os trabalhadores tivessem qualquer participação nas resoluções deste tipo de problemas.

Contudo, mercê do importante trabalho desenvolvido pela CCRIS e da luta continuada de grande número de trabalhadores de seguros, em defesa das nacionalizações, estes Conselhos de Gestão, nomeados para o triénio de 1976/1979, foram ainda indicados pelos trabalhadores, a partir de votação secreta, feita em

Plenários nas Empresas, tal como acontecera na indicação das Comissões Administrativas.

Sem condições para colocar em causa essa indicação, o Ministério das Finanças, através do seu Secretário de Estado do Tesouro, introduziu, por sua iniciativa, particularmente nas seguradoras onde havia maior intervenção dos trabalhadores, elementos da sua confiança nos Conselhos de Gestão designados, como aconteceu na Mutual, Companhia de Seguros, onde os trabalhadores defendiam de forma muito clara e firme a nacionalização dos seguros e as medidas saneadoras que a CCRIS havia tomado durante a sua existência de cerca de nove meses.

No seu curto período de existência a CCRIS desenvolveu um trabalho intenso com vista a reestruturação do setor e dimensionamento do mesmo:

- Produziu a regulamentação legal da mediação de seguros, pondo termo à anarquia existente, quer quanto ao exercício da função, quer quanto ao aspeto remuneratório (Comissões); gerou ações disciplinadoras da concorrência; procedeu à atualização das pensões de Acidentes de Trabalho;
- Estudou e implantou o Ramo Automóvel obrigatório; apresentou um modelo organizativo para a atividade seguradora no qual previa a transferência do Ramo Acidentes de Trabalho para uma empresa pública, exclusivamente destinada a gerir o Seguro Social de Acidentes de Trabalho em moldes muito diferentes da gestão capitalista herdada, tornando dessa forma impossível a absorção pela actividade seguradora dos lucros emergentes e a distribuição de outros proventos ilegítimos que vinham servindo para pagar compadrios políticos, em detrimento do investimento na melhoria da qualidade do serviço, e muitas outras alterações que tinham em vista à consolidação da nacionalização dos seguros, de modo a colocar o setor verdadeiramente ao serviço do povo.

De notar que cerca de 80% do ramo de Acidentes de Trabalho (sempre apetecível na gestão privada) estava concentrado nas seguradoras nacionalizadas sendo que aquelas, juntas às mistas com parte do capital nacionalizado, perfaziam quase 100%, enquanto nas estrangeiras o AT era residual.

Extinta a CCRIS, foi criada a CIINS - Comissão Instaladora do Instituto Nacional de Seguros, órgão responsável pela coordenação da Indústria, contendo entre os seus membros muitos elementos comprometidos com o capital monopolista, que funcionou em paralelo com a Inspeção Geral de Seguros e, tal como esta, foi extinta em 1982, data em que foi instalado o Instituto de Seguros de Portugal, Instituto Público ao qual foram atribuídas as funções de coordenação e fiscalização da actividade de seguros, resseguros e mediação.

O triénio 1976/1979 teve a função não explícita de “arrumar a casa”, preparando o sector para as fusões que se avizinhavam. Em fins de 1979, foi decretada a fusão dos grupos de seguradoras nacionalizadas, formalmente constituídos, e nomeados os titulares dos respetivos Conselhos de Gestão, nomeação determinada pela proximidade ao poder político, a quem coube preparar a reprivatização, consolidando as medidas que, a partir de 1976, vinham sendo delineadas com esse objetivo.

Aumentaram-se os capitais próprios das sociedades de seguros nacionalizadas e mistas, pagando-se nalguns casos vantajadas remunerações ao capital acionista, ao mesmo tempo que se financiava uma gestão de franca recuperação capitalista, o que não podia ser feito sem os lucros do seguro social de Acidentes de Trabalho, com a incorporação de reservas no aumento do capital social das seguradoras.

Os Balanços corrigidos das contas de 1974 das seguradoras nacionalizadas, foram deliberadamente esquecidos, tal como foi silenciada a questão das chamadas indemnizações aos acionistas, com o objetivo de tornar impossível a rigorosa determinação dos valores nacionalizados, quer por razões de dinheiro, quer para esconder os resultados da caótica gestão privada das seguradoras nacionalizadas em 15 de Março de 1975.

E assim se foram afastando os momentos da nacionalização e o do cálculo e pagamento das indemnizações e se criaram as condições à avaliação patrimonial das seguradoras nacionalizadas que permitiram o pagamento de indemnizações muito superiores ao valor justo, face à situação concreta das respetivas empresas.

### **1. O setor de seguros, com a privatização**

Com o início do processo de privatizações em 1989, o setor de seguros, inserido no sistema financeiro, fundamental para o domínio de todo o sistema económico no processo de restauração capitalista, foi dos primeiros a sofrer a privatização, tal como tinha sido dos primeiros a ser nacionalizado para ser um instrumento de um dinâmico desenvolvimento económico e social do país.

Depois da aprovação do Decreto Lei 406/83, de 15 de Novembro, que alterou a Lei de Delimitação dos Setores – Lei 46/77 – que impedia o acesso da iniciativa privada aos setores estratégicos da economia, foi aberto o caminho, até aí proibido, para a iniciativa privada nos setores da banca, dos seguros e demais setores.

A aprovação da Lei 84/88, de 20 de Junho, pelo PS, PSD e CDS, sendo 1.º Ministro Cavaco Silva, permitiu a transformação das empresas públicas em sociedades de

capitais públicos e a alienação de participações sociais detidas pelo Estado. Foi ao abrigo desta Lei que, em 1989, foram efetuadas as primeiras privatizações, designadamente a privatização de 49% do capital social da Aliança Seguradora e da Tranquilidade.

A segunda revisão constitucional, Lei Constitucional nº 1/89, de 8 de Julho, aprovada por PS, PSD e CDS, põe fim ao princípio da irreversibilidade das nacionalizações, alterando o Artigo 83.º da Constituição, aprovada em 2 de Abril de 1976.

É interessante recordar a enorme propaganda que na altura foi feita tanto a nível interno das empresas como por toda a comunicação dita social de que a nossa economia era uma economia de sucesso e de capitalismo popular e que um dos objetivos das privatizações era possibilitar uma ampla participação dos cidadãos portugueses na titularidade das empresas, através de uma adequada dispersão do capital, dando particular atenção aos trabalhadores das próprias empresas e aos pequenos subscritores “ – Art.º 3.º da Lei nº 11/90, de 5 de Abril, Lei-quadro das Privatizações.

Na verdade, no setor de seguros, aquando dos processos de privatização, houve um número bastante significativo de trabalhadores e mediadores que subscreveram a compra de acções das suas próprias empresas que estavam a ser privatizadas. Muitos limitavam-se a assinar os boletins de subscrição e imediatamente os vendiam com mais-valias a alguns colegas que eram mandatados pelas administrações que representavam os interesses do grande capital.

Através de operações bolsistas assistiu-se a uma acelerada concentração do capital social das empresas, eliminando definitivamente o chamado capitalismo popular e a ideia de que os trabalhadores eram donos das empresas onde trabalhavam.

É interessante recordar aqui o que se passou com a antiga Companhia de Seguros O Trabalho, considerada de capital misto, por na altura ter participação estrangeira no seu capital, hoje integrada na Açoreana do Grupo Banif.

Os detentores do capital estrangeiro, na melhor oportunidade, saíram e aquando da sua privatização, a propaganda efetuada pelo Ministro das Finanças da época, Miguel Cadilhe, era a dos reformados terem uma boa oportunidade para investir as suas poupanças. À porta da seguradora, no Campo Alegre, no Porto, eram filas enormes de pessoas a aguardarem a sua feliz oportunidade. As cotações das acções atingiram nessa altura valores incompreensíveis.

Entretanto, os compradores que adquiriam as acções aos subscritores desapareceram, a euforia esfumou-se e terminou completamente quando alguém muito importante veio à televisão dizer que se estava a vender gato por lebre.

Num processo complexo, O Trabalho passou a fazer parte de um fundo público, do ISP, o Estado gastou milhões de contos para sanear a empresa e “vendeu-a” depois sem receber qualquer valor.

A administração da empresa foi conduzida por pessoas siamesas, sem serem gatos, de pessoas que administravam o BPN. É um caso de que pouco se falou e sobre o qual já ninguém fala.

Com os processos de concentração, as estruturas das companhias de seguros sofreram grandes alterações, diminuindo brutalmente o número de trabalhadores, com políticas de gestão de pessoal que aproveitavam os anseios dos trabalhadores previamente desgastados com as sucessivas alterações organizativas e com o encerramento de balcões, políticas aparentemente arbitrarias, com ofertas aliciantes de pré-reformas a partir dos 55 anos de idade e até com menos ou de rescisões com indemnizações irrecusáveis e com direito a solicitar o fundo de desemprego, com a possibilidade de requerer a reforma com antecipação da idade. Naturalmente que tudo isto foi feito com a clara conivência dos sucessivos governos que permitiam o despedimento dos trabalhadores à custa dos dinheiros da segurança social.

Com a concentração do capital através das operações bolsistas veio a acontecer o que já se previa: uma parte significativa, se não a sua totalidade, do capital social das companhias de seguros passou a ser controlado pelo capital estrangeiro, direta ou indiretamente.

Nas primeiras operações de privatização os estrangeiros já detinham 45% da COSEC, 100% da Mundial-Confiança e da Aliança Seguradora. Iniciou-se um processo de desnacionalização do capital social da esmagadora maioria das seguradoras a operar em Portugal. Em Portugal não existem companhias de seguros admitidas à Bolsa de Valores, por não haver dispersão de capital social.

Hoje, apesar da grave crise que Portugal atravessa, o setor de seguros apresenta, oficialmente, resultados positivos. Em 2012 apresentou resultados líquidos estimados em 539 milhões de euros. É bom referir que para isso contribuiu decisivamente a especulação financeira, o chamado mercado de capitais, com os rendimentos e mais-valias da dívida pública, porque em termos de negócio de seguros, isto é, em termos de produção, houve decréscimo, particularmente nos Ramos de Acidentes de Trabalho e Automóvel, em resultado da crise que o país vive.

O setor segurador em Portugal sempre foi visto como o parente menor do sector financeiro. Naturalmente que há explicações técnicas e políticas para que assim seja. No entanto, o seu papel é muito importante em todos os ramos de atividade da

sociedade. A proteção de pessoas e bens, a gestão de poupanças e de capitais alheios, dá-lhe responsabilidades e capacidades para intervir na regulação da própria economia do País. No final de 2012, o seu volume de investimentos era de 52,7 mil milhões de euros que, de acordo com os dados publicados pelo ISP, são cerca de 30,8% do PIB. 71% da sua carteira de activos, mais de 37,4 mil milhões de euros estavam investidos em títulos de dívida, pública e privada. A estes valores devem ser acrescidos os impostos que por via do setor são arrecadados pelo Estado.

Apesar da diminuição do número de trabalhadores, através de políticas de concentração lavadas a cabo - e é bom ter presente que certamente vão ser desenvolvidas muito brevemente novas fases de concentração e de centralização de estruturas organizativas e de capitais – o sector ainda mantém cerca de 11 mil trabalhadores e cerca de 25 mil mediadores.

O processo de desnacionalização mantém-se com tendências para se acentuar. A venda da Fidelidade pela Caixa Geral de Depósitos a um fundo de investimento estrangeiro comprova isso. Outras Seguradoras vão seguir o mesmo caminho de venda por elas próprias apresentarem dificuldades crescentes de exploração, de capacidade técnica e de investimento ou por dificuldades dos grupos económicos onde estão inseridas.

A crise económica é real. Os fatores que têm contribuído para o setor de seguros apresentar resultados positivos podem sofrer inesperadamente alterações negativas com consequências imprevisíveis.

O setor, sendo privado, estará sempre ao serviço do grande capital, nunca poderá ser um instrumento ao serviço do desenvolvimento económico do país que tenha como “ objectivo a melhoria do nível e da qualidade de vida dos portugueses, o pleno emprego, uma elevada satisfação das necessidades da população, uma justa e equilibrada repartição da riqueza criada e a defesa da independência nacional “.

Por isso não é exagerado afirmar-se que o melhor para os seus trabalhadores e para o País será, como se demonstrou em 1975, a (re)nacionalização deste importante instrumento financeiro de gestão de poupanças.

Fontes:

Gomes, Carlos. *A Nacionalização da Banca em Portugal – Nove meses a construir, nove anos a destruir*, UNICEP, 2000

Abreu, Marta. *Inflação e Política Monetária em Portugal antes da adoção do euro*. Banco de Portugal, Boletim Económico Primavera de 2005

Noronha, Ricardo. *A nacionalização da Banca no contexto do processo revolucionário (1974 – 1975)*. FCSH, Junho 2011

Encontro Nacional os Trabalhadores Bancários do PCP. *A Banca ao serviço do povo*, Edições Avante, 1975

Nacionalizações e controlo de produção. Trabalho coletivo da organização de economistas do Porto do Partido Comunista Português. “a opinião”, vol. 1 economia

5º Aniversário da Nacionalização da Banca e Seguros, Encontro de Trabalhadores Bancários e de Seguros, Edição da Comissão Coordenadora das Comemorações, Março de 1980

---



---

***Comemorações dos 40 anos do 25 de Abril***

***Abril de novo, com a força do povo***